

UM OLHAR SOBRE O CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS DE BREVES E A FORMAÇÃO DOCENTE PARA TRABALHAR AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA

Sônia Maria Pereira do AMARAL¹
Valéria Amaral PUREZA²

Recebido: 06/09/2021

Aprovado: 16/11/2021

Resumo

O presente trabalho visa apresentar o resultado de pesquisa que teve como objetivo investigar e analisar o Projeto Pedagógico do Curso – PPC de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação, do Campus Universitário do Marajó-Breves, e as contribuições que os componentes curriculares desse curso trazem para a formação de professores/as que tenham como habilidades a produção de práticas pedagógicas e o debate sobre as relações de gênero na escola. O estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica (CONNEL, 2015; FOUCAULT, 1988, 2009; GOMES, 2007, e LOURO, 1997, 2003, 2010), dentre outros estudiosos, e pesquisa documental, pela importância das análises dos conteúdos do documento (PPC) e da base teórica-metodológica. Os resultados indicaram que, no PPC, sete componentes curriculares apontam de forma direta, por meio das ementas e bibliografias, contribuições à formação acadêmica do/a pedagogo/a para o desenvolvimento de habilidades e competências para a produção de práticas pedagógicas que discutam as relações de gênero na escola. Entretanto, sabe-se que o processo de formação depende do currículo obrigatório do curso, mas, também, de docentes que em suas práticas pedagógicas utilizem-se de epistemologias que valorizem e respeitem a diversidade e estejam atentos/as às desigualdades de gênero e às demais desigualdades sociais, mas para essa resposta seria necessário, também, uma pesquisa de campo, com observação participante para compreensão de como esses componentes são trabalhados no cotidiano da formação.

Palavras-chaves: Gênero. Formação Docente. Pedagogia. Projeto Pedagógico do Curso.

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo presentar el resultado de una investigación que tuvo como objetivo investigar y analizar el Proyecto de Curso Pedagógico - PPC, de un Grado en Pedagogía de la Facultad de Educación del Campus Universitario de Marajó-Breves y las contribuciones que los componentes curriculares de este curso aportan a la formación de docentes cuyas competencias son la producción de prácticas pedagógicas y el debate sobre las relaciones de género en la escuela. El estudio utilizó investigación bibliográfica (CONNEL, 2015; FOUCAULT, 1988, 2009; GOMES, 2007, y LOURO, 1997, 2003, 2010), entre otros académicos, e investigación documental, debido a la importancia del análisis de los contenidos del documento (PPC) y la base teórico-metodológica. Los resultados indicaron que, en el PPC, siete componentes curriculares apuntan directamente, a través de los menús y bibliografías, aportes a la formación académica del pedagogo para el desarrollo de habilidades y competencias para la producción de prácticas pedagógicas que discutan las relaciones de género en la escuela. Sin embargo, se sabe que el proceso de formación depende del currículo obligatorio del curso, pero también de docentes que en sus prácticas pedagógicas utilicen

¹ Professora, Pedagoga, Doutora em Antropologia com atuação na Faculdade de Educação, na Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Marajó/Breves, curso de licenciatura em Pedagogia nas disciplinas que envolvem práticas de ensino, didática, currículo. Ministra, também, Psicologia da Educação e Antropologia da Educação. Com experiências na gestão da educação básica e superior e no magistério da educação básica.

² Pedagoga, formada pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó-Breves.

epistemologías que valoren y respeten la diversidad y son conscientes de las desigualdades de género y otras desigualdades sociales, pero para esta respuesta, también sería necesaria la investigación de campo, con observación participante para comprender cómo se trabajan estos componentes en la formación cotidiana.

Palabras clave: Género. Formación de profesores. Pedagogía. Curso Proyecto Pedagógico.

I INTRODUÇÃO

No decorrer da história da humanidade, em muitas sociedades, as relações de gênero sempre foram marcadas pelas desigualdades de direitos entre homens e mulheres, em particular àquelas que viveram/vivem o regime do patriarcado³, que ainda atravessa muitas sociedades, a exemplo da sociedade brasileira. Dados produzidos, a pedido do Banco Mundial, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), divulgou, por meio do G1 (GLOBO, 2020), no dia 01 de junho de 2020, no relatório intitulado “Violência Doméstica durante a Pandemia de Covid-19”, que os casos de feminicídio cresceram 22,2% entre março e abril de 2020, em 12 estados brasileiros, comparados ao ano de 2019; ou seja, a violência contra a mulher sempre esteve presente em altos índices na sociedade brasileira, mas com a situação pandêmica, na qual homens e mulheres tiveram que passar dias e meses em isolamento social, esse crime só aumentou.

Um outro dado importante sobre essas relações sociais de gênero, diz respeito à participação das mulheres na vida pública e nas tomadas de decisões, a exemplo da representação política e ocupação dos cargos de gerência. Segundo boletim informativo do IBGE n. 38 – atualizado em 08/06/2018, apenas 10,5% das mulheres em 2017 ocupavam os assentos da Câmara dos deputados e somente 39,1%, em 2016, assumiram cargos de gerência. Essas relações desiguais, onde o masculino prevalece sobre o feminino, têm provocado conflitos que se transformaram em violência de todas as formas, chegando ao século XXI, com um número alarmante de mulheres vítimas do feminicídio.

Embora as intermináveis lutas pelos movimentos sociais e pelos órgãos que trabalham para a garantia dos direitos humanos, em especial, dos direitos daqueles e daquelas que são considerados como “minorias” (pretos, homossexuais, mulheres, indígenas, pessoas com deficiência, dentre outros), os preconceitos enraizados continuam, e um deles ainda está no paradigma da mulher submissa, seja na família, no mercado de trabalho ou nas ruas.

Expressões preconceituosas, comumente ditas por homens e, também, por mulheres, como mulheres são, fisicamente, menos capazes do que homens (LOURO, 1997), nos fazem refletir sobre a maneira como fomos e estamos sendo educados/as ou como estamos educando, principalmente no

³ Saffioti (2015) conceitua o patriarcado como sendo o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens.

âmbito escolar, onde a presença feminina é numericamente mais expressiva, tanto entre os profissionais quanto entre os/as discentes.

Quando falamos em gênero, um dos desafios é conceituá-lo, tendo em vista os inúmeros conceitos formulados e reformulados ao longo da história. Entretanto, faz-se necessário abrir o debate para que se chegue a uma análise que não perca o significado do que queremos estudar. Neste sentido, para esse trabalho, vamos falar de gênero como construção social do masculino e feminino, sem cair no campo limitado desse conceito, pois: “para a maioria das pessoas, ser homem ou mulher é, acima de tudo, uma questão de experiência pessoal. É parte da forma como crescemos, como levamos a vida familiar e as relações sexuais, a maneira como nos apresentamos em situações cotidianas e como nos vemos” (CONNELL, 2015. p.189).

Os estudos sobre gênero, de acordo com Louro (1997, 2003), estão ligados à história do movimento feminista contemporâneo, entretanto, quando se fala em feminismo como movimento social, este data do século XIX. Importante destacar que os estudos sobre as relações de gênero perpassam pelas relações de poder (FOUCAULT, 2009, 1988), e nas relações de gênero que envolvem as mulheres, o poder se torna disciplinar, “um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior adestrar [...] a disciplina fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT 2009, p. 164). Assim como “o poder dos maridos sobre as esposas e dos pais sobre as filhas são um aspecto importante da estrutura do gênero. Essa ainda é uma ideia aceita em grande parte do mundo, mesmo em formatos modificados, como na ideia do pai como “chefe do domicílio”, “chefe de família” etc.” (CONNELL, 2015, p. 160).

Essas relações de poder começam em casa e ocupam outros espaços sociais, a exemplo da escola, onde se constroem diferenças por meio de símbolos e códigos que indicam ou definem lugares, o que pode ou não pode ser feito por homens e mulheres, como analisa Louro (1997. p. 61), “Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a *preferir*”.

O preceito de homem branco, forte, destemido, salvador da pátria, pai de família que honra seu compromisso com a comunidade e luta pela nação, é apenas o começo de como a história dos homens é contada na escola, e de como não se dá visibilidade ao papel feminino, como se a participação da mulher fosse quase que inexistente ao longo dos acontecimentos históricos, em todas as sociedades, o que não é uma verdade universal, a exemplo do Egito, onde a condição da mulher

era favorável a ela, conforme narra Beauvoir (1970, p. 107), “As deusas-mães conservaram seu prestígio em se tornando esposas; a unidade religiosa e social é constituída pelo casal; a mulher surge como aliada e complementar do homem[...]. Ela tem os mesmos direitos que o homem, a mesma força jurídica; herda e possui bens”.

Outro exemplo pode ser o de desmistificar o conceito de mulher como um ser frágil. De acordo com Saffioti (2015), nas sociedades de caça e coleta, a divisão sexual do trabalho não se dava pela força física do homem. Em muitas delas, cabia às mulheres, mesmo grávidas, a caça de focas, conhecidas como um animal grande e escorregadio. E, no Brasil, temos inúmeros exemplos de mulheres que são as mantenedoras de suas famílias, trabalham dia e noite e conseguem mostrar que o argumento da fragilidade, pela falta de força física, não se sustenta.

Práticas ensinadas na escola por professores/as, apreendidas e interiorizadas pelos alunos/a, acabam sendo vistas como “naturais” e, conseqüentemente, se tornam “livres e autorizadas” a circularem, se reproduzirem cotidianamente, perpetuando ideias de que os meninos devem comandar as brincadeiras, com sua postura “natural” de líder, por necessitarem estar em disputa constante por espaço com seus colegas, usando a agressividade para “dominar” seu território. Enquanto que, à menina, cabe a “preferência” por brincadeiras com outras meninas, atividades mais calmas, como brincar de boneca e contar histórias rotineiras de sua vida. Se a menina fugir dessa ordem “natural”, logo a chamarão pejorativamente de “machinho”, ou dirão que parece menino, moleque, como se brincadeiras fossem regidas pelas divisões de sexo, “mas as divisões de raça, classe, etnia, sexualidade e gênero estão, sem dúvida, implicadas nessas construções e é somente na história dessas divisões que podemos encontrar uma explicação para a “lógica” que as rege” (LOURO, 1997. p. 60).

Toda essa discussão ganha sentido quando se quer conhecer as práticas pedagógicas geridas nas escolas, quando se compreende o que está estabelecido como currículo no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), de formação docente. Esse foi o caminho que seguimos e adentramos na investigação no PPC do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, do Campus Universitário do Marajó-Breves, e elegemos como problemática: Quais componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Pedagogia trazem contribuições direta para a formação do/a pedagogo/a em relação ao trabalho na escola sobre as relações de gênero?

O objetivo geral da pesquisa foi analisar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação do Campus Universitário do Marajó-Breves e as contribuições que os componentes curriculares, desse curso, trazem para a formação de professores/as que tenham como habilidades a produção de práticas pedagógicas e o debate sobre as relações de gênero na escola.

Como objetivo específico: identificar que componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Pedagogia trazem contribuições para que professores/as tenham formação para debater e trabalhar as relações de gênero na escola.

Optamos pela abordagem qualitativa de pesquisa, pois a preocupação está na interpretação dos fenômenos e a atribuição aos seus significados (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010). Utilizamos a pesquisa documental, “isso significa dizer que a busca de informações (dados) sobre os fenômenos investigados é realizada nos documentos, que exigem, para a produção de conhecimento, uma análise” (TOZONI-REIS, 2009. p. 41), pois a coleta de dados aconteceu no Projeto Pedagógico do Curso de licenciatura em Pedagogia do Campus Universitário do Marajó – Breves, ano 2011.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, utilizamos também a pesquisa bibliográfica, por ter importância fundamental às análises dos conteúdos do documento, pois toda pesquisa necessita da pesquisa bibliográfica sobre o tema ou o objeto que se pretende investigar (TOZONI-REIS, 2009). Por ser uma pesquisa qualitativa, os dados foram analisados à luz dos referenciais teóricos, com a preocupação de interpretar e compreender os significados das respostas apreendidas, por meio das leituras, análises e diálogos estabelecidos no decorrer dos estudos.

A escolha do Projeto Pedagógico do Curso - PPC de Licenciatura em Pedagogia do Campus Universitário do Marajó – Breves, se deu por ser um curso que, ao longo de duas décadas e meia, faz a formação docente no e para o Marajó, além de outras regiões, e dentro do seu PPC, mostra, nas habilidades, que o perfil profissional deve ser de quem atue com ética e compromisso para a construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária. Portanto, foi por meio desses registros que realizamos nossos estudos.

Diante destas informações, a relevância desse trabalho está na compreensão de como os/as futuros/as professores/as estão sendo formados para lidar com práticas pedagógicas que proporcionem o debate sobre as relações de igualdade e desigualdade entre os gêneros, o que se torna pertinente e necessário no contexto em que vivemos, isso porque, a formação docente não pode se restringir aos conhecimentos cognitivos, deve promover por meio de conhecimentos humanitários, a sensibilização e a conscientização das pessoas em relação aos direitos igualitários.

Justificamos a escrita desse artigo com as marcações do gênero feminino, pois como afirma, Louro (1997), muitas vezes seguimos as regras definidas na gramática, sem considerar que a linguagem não é apenas um veículo de comunicação, ela demarca lugares, expressa poderes e até os institui, produzindo e fixando diferenças.

II – O PPC DE PEDAGOGIA DO CAMPUS DE BREVES E A FORMAÇÃO DO/A PEDAGOGO/A PARA TRABALHAR AS RELAÇÕES DE GÊNERO, NA ESCOLA

O PPC do curso de licenciatura em Pedagogia do Campus Universitário do Marajó-Breves está organizado em 10 seções: apresentação, identificação do curso, diretrizes curriculares, organização curricular, procedimentos metodológicos e planejamento do trabalho docente, infraestrutura, política de inclusão social, sistema de avaliação, referências bibliográficas e apêndices.

Dos objetivos do curso, destacamos o que aponta a oportunidade para que o futuro pedagogo/a possa agir de forma crítica e reflexiva à educação e aos processos de construção da sociedade, da cultura e dos valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, que vem somar para o perfil do profissional a ser formado, com destaque para:

(A) pedagogo (a) com domínio de conhecimentos científicos, didático-pedagógicos e de organização referentes aos processos educativos em geral, demonstrando ação crítico-reflexivo em relação à educação, aos processos de construção da sociedade, da cultura e dos valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem (PPC, 2011, p. 18).

Na seção 3 do referido documento, encontramos nas Diretrizes Curriculares do Curso, os Fundamentos Norteadores - Éticos, Epistemológicos, Didático-Pedagógicos; Objetivos do Curso; Perfil do profissional a ser formado e as Competências e Habilidades. O subtópico Competências e Habilidades está organizado em: competência teórica, competência prática, competência político social e competência inter-relacional.

Na competência teórica, que trata do domínio do conhecimento científico para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, entre as habilidades relacionadas, consideramos que as atividades curriculares: Filosofia da Educação; Psicologia da Educação; Antropologia Educacional e Teoria do Currículo, indicam possibilidades de construção de habilidades que podem contribuir para a discussão sobre as diferentes relações de gênero encontradas na sociedade, dentre as quais destacamos:

b) Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas (PPC, 2011, p. 20).

No trabalho docente, a pesquisa deve ser a base, tanto para adequar os conhecimentos de acordo com o desenvolvimento dos alunos quanto para o conhecimento sobre eles. Se o/a futuro/a pedagogo/a conseguir desenvolver essa habilidade, certamente os alunos e as alunas serão

compreendidos/as e vistos de outras formas, nas igualdades e nas diferenças que foram construídas socialmente. De acordo com Amaral (2018, p. 27),

Temos a necessidade de compreender homens e mulheres em suas relações, trocas, contatos e nesse olhar, vê-los(as) por inteiros(as), nos significados simbólicos que foram atribuídos a cada um(a) no decorrer do processo histórico, para então compreendermos como as diferenças foram constituídas nesse meio.

Na atividade curricular Filosofia da Educação, que no PPC faz parte do núcleo de estudos básicos, na dimensão de fundamentação do trabalho pedagógico, dos componentes da ementa desta disciplina, destacamos **o problema da verdade**, de onde pode erigir construções e desconstruções às ideias relacionadas às verdades construídas socialmente e que chegam nos currículos, nos livros didáticos. E dentre essas verdades podem estar as relações de gênero, no que tange às verdades ensinadas nas escolas sobre o papel da mulher. Connell (2015, p.172), afirma que: “Quando falamos em “uma mulher” ou “um homem”, ativamos um imenso sistema de entendimentos, implicações, sobretons e alusões que se acumularam ao longo de nossa história cultural”. Portanto, a filosofia da educação é um caminho para a formação de novos questionamentos sobre as verdades que estamos ensinando e da desconstrução das que aprendemos, sobre o que é “ser homem” e “ser mulher”.

Na Psicologia da Educação, que faz parte do núcleo de estudos básicos, na dimensão de fundamentação do trabalho pedagógico, dos componentes curriculares da ementa, destacamos **a contribuição na formação profissional; o caminho da investigação psicológica da construção de sujeitos concretos**, ou seja, na explicação de como o sujeito é construído internamente diante do reflexo de seus valores familiares e influências externas, que contribuem diretamente para a sua formação identitária. Na escola, o professor é o responsável em trabalhar a formação de maneira que haja promoção do desenvolvimento do/a aluno/a, em todos os seus níveis, não só cognitivo, mas no afetivo, motor, dentre outros.

No núcleo dos estudos básicos, encontramos a Antropologia Educacional, que também faz parte dos componentes da dimensão de fundamentação do trabalho pedagógico. Da ementa, dois pontos podem muito contribuir para os estudos do gênero, o que trata da **Identidade e Alteridade** e o que traz a discussão sobre **Educação, escola e diversidade cultural**. Nesses componentes curriculares tem-se a possibilidade do debate sobre a forma como a sociedade está organizada, como se estabeleceu o comportamento dos indivíduos, seus status e seus papéis na sociedade. Construindo uma visão antropológica, o/a professor/a terá a possibilidade de entender que “a ideia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência da sua ação” (GOMES, 2007, p. 22). Dessa forma, a escola tem um papel singular de

mostrar às pessoas que a diversidade existe, e alertar para que as diferenças não se transformem em desigualdades. Por meio de uma educação antropológica, podemos conhecer e entender a diversidade biológica, cultural, religiosa, sexual, etc, ou seja, compreender que vivemos em uma sociedade diversa, onde todos/as devem ser respeitados/as.

A disciplina Teoria do Currículo, componente do núcleo de estudos básicos, na dimensão de currículo, ensino e avaliação, pode ser considerada uma das mais importantes para a discussão sobre as relações de gênero, pois como diz Gomes (2007, p. 24), “certos saberes que não encontram um lugar definido nos currículos oficiais podem ser compreendidos como uma ausência ativa e, muitas vezes, intencionalmente produzidas”; nesse sentido, cabe ao professor/a indagar esse currículo, a hegemonia de certos conteúdos e a ausência de outros que estão silenciados nas escolas, mas que, no cotidiano, estão presentes nos números estatísticos, como exemplo, o número de meninas e mulheres exploradas sexualmente, violentadas e mortas. Dos componentes curriculares da ementa desta disciplina, destacamos - **relações de poder, conflitos, disputas e alianças**.

Esse destaque justifica-se pela oportunidade que proporciona de se estudar as teorias pós-críticas do currículo, proposta por Silva (2002), e que faz parte das referências do curso em estudo. Dentre os temas discutido por ele, encontram-se as relações de gênero e a pedagogia feminina, que trazem inúmeras indagações para a compreensão desse tema.

Embora tenha sua origem no campo dos Estudos das Mulheres, “análise de gênero” não é sinônimo de “estudo das mulheres”. Essa questão tem levado a um aumento significativo nos estudos que focalizam a questão da masculinidade. De forma geral, a pergunta é: como se forma a masculinidade, como se faz do homem um homem? De forma mais importante, pergunta-se: como a formação da masculinidade está ligada à posição privilegiada de poder que os homens detêm na sociedade? [...] Em termos curriculares, pode-se perguntar: como o currículo está implicado na formação dessa masculinidade? Que conexões existem entre as formas como o currículo produz e reproduz essa masculinidade e as formas de violência, controle e domínio que caracterizam o mundo social mais amplo? (SILVA, 2002, p. 96)

Na atividade Prática Pedagógica, que faz parte do núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos, na dimensão da pesquisa, prática pedagógica e estágios, dos componentes da ementa, destacamos - **Espaço interdisciplinar com vistas à articulação entre a realidade vivenciada pelo aluno e a prática pedagógica das escolas**. Na construção de práticas pedagógicas, a realidade social do/a aluno/a precisa estar presente, uma vez que somente pelo conhecimento desta realidade se fará uma educação contextualizada.

O PPC (2011, p. 74) enfatiza na competência político-social, a “compreensão de que a prática profissional está inserida num contexto social mais amplo, o que requer a vinculação do projeto

educativo ao projeto político-social, comprometido com a construção de uma sociedade autônoma e incluyente”. É uma perspectiva de formação que nos aponta esperança, diante de um cenário conturbado em que estamos vivendo, mas ciente de que só a esperança não basta, como disse Freire (1992, s/p) “não quero dizer porém, que, porque esperançoso, atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade [...] Minha esperança é necessária, mas não é suficiente, ela só não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia”.

Nas habilidades relacionadas a essa competência, encontra-se no PPC (2011, p. 74-75), “Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária” e “Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras”.

Na competência inter-relacional, nas habilidades relacionadas, o PPC (2011, p. 75) diz que os/as futuros pedagogos/as devem “Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras”. Nesse sentido Gomes (2007), nos ajuda a compreender que,

A experiência da diversidade faz parte dos processos de socialização, de humanização e desumanização. A diversidade é um componente do desenvolvimento biológico e cultural da humanidade. Ela se faz presente na produção de práticas, saberes, valores, linguagens, técnicas artísticas, científicas, representações do mundo, experiências de sociabilidade e de aprendizagem (GOMES, 2007, p.18).

As atividades curriculares que promoverão a construção dessas competências, de acordo com esse documento são: Corporeidade e Educação e Ludicidade e Educação. São competências e habilidades que se destacam pela responsabilidade que tem em formar os/as professores/as para um mundo plural, onde a diversidade seja entendida, como construção histórica, cultural e social das diferenças, reafirmadas por Gomes (2007), que justifica:

A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Sendo assim, mesmo os aspectos tipicamente observáveis, que aprendemos a ver como diferentes desde o nosso nascimento, só passaram a ser percebidos dessa forma, porque nós, seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomeamos e identificamos (GOMES, 2007, p. 17).

Se o/a futuro professor/a chegar a essa compreensão, muitos dos estereótipos, preconceitos e exclusões terão a possibilidade de se dissipar e novos olhares e outras verdades poderão chegar até à escola, por meio de outras práticas educativas, onde o reconhecimento das diferenças seja valorado e não ignorado, silenciado, num espaço de diferentes olhares, sentimentos, gostos etc.

Um outro componente curricular apresentado no PPC é Corporeidade e Educação, que faz parte do núcleo de estudos básicos, na dimensão de currículo, ensino e avaliação. Desse componente muitos tópicos precisaram ser destacados, pois eles vão ao encontro da formação que se espera que tenham os/as futuros/as professores/as, sendo eles: **Representações de corpo na sociedade contemporânea e suas repercussões na Educação; Educação do corpo na escola; O corpo e a escola: intervenções históricas e atuais de controle e castigo; Possibilidades de construção de conhecimento por meio do corpo; Corpo, gênero e sexualidade.**

Esse componente curricular é um dos três mais importantes para o debate das relações de gênero, pois tem uma ementa que possibilita ao professor/a formador/a abrir um leque de discussões e debates de como a sociedade representa o corpo do homem e da mulher. De acordo com Auad (2017, p. 23), “precisamos questionar, e não imediatamente negar, o que percebemos como tipicamente feminino ou tipicamente masculino”. Principalmente se essas classificações tiverem como resultado a desigualdade entre os gêneros.

O estudo do corpo e a escola faz-se de grande importância socialmente, uma vez que,

A maior violação da dignidade das mulheres parece estar relacionada ao seu próprio corpo e abrange amplo espectro de ações, que vão desde a violência física, que acarreta mortes, mutilações e/ou invalidez em muitos casos, até a desconsideração de sua autonomia, sob os mais variados argumentos, não raro com amparo legal (BARBOZA E JUNIOR, 2017, p.248).

E, por fim, das atividades relacionadas, temos Ludicidade e Educação, que integra o núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos, na dimensão do trabalho docente na educação infantil, séries iniciais do ensino fundamental. Da ementa desta atividade destacamos - **O brinquedo como fonte de compreensão do mundo**, pois desde muito cedo, seja em casa ou na escola, o brinquedo é apresentado à criança, já estabelecido pela divisão do sexo, o que é brinquedo e brincadeira de menino, e o que é de menina, produzindo, dessa forma, estereótipos e sentimentos de inferioridade entre as crianças, em particular nas meninas, que, muitas vezes, por querer estar nas brincadeiras apresentadas a elas como de meninos, são taxadas de “machinhos” ou mesmo excluídas do brincar. Não é diferente para os meninos, que, em muitos casos, ao pegarem em uma boneca para brincar,

logo serão orientados de que aquele não é brinquedo de menino, de forma simbólica, uma forma de dizer que o cuidado com as meninas, não é responsabilidade deles.

Na discussão do brinquedo como fonte de compreensão do mundo, Vygotsky (1998) mostra que a importância da brincadeira do faz-de-conta pode ser uma fonte de compreensão e expressão do seu sentimento com o mundo. O jogo, o brinquedo, as brincadeiras podem ajudar a romper barreiras, inclusive entre o que se entende por ser coisas “de homem” e coisas “de mulher”, já que o brinquedo/brincadeira não tem gênero, sexo, cor definidos, as normas são estabelecidas socialmente, mas as crianças e/ou quem brinca tem o poder de transgredi-las. Dessa forma, a brincadeira tem um poder afetivo, educativo e social e é uma forma de ensinar as crianças a conviver e a respeitar as diferenças.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises apresentadas, os resultados indicam que o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus de Breves apresenta componentes curriculares que contribuem para a formação do/a pedagogo/a para trabalhar as relações de gênero (masculino e feminino) na escola. As habilidades e competências existentes no documento vislumbram as contribuições para a formação de profissionais crítico-reflexivos nos processos de produção da ética, dos valores, do conhecimento da diversidade e da diferença, que são inerentes à vida e que estão presentes no cotidiano da escola.

Do PPC, sete componentes curriculares apontam contribuições na formação acadêmica do/a pedagogo/a, sendo eles: filosofia da educação, psicologia da educação, antropologia educacional, teoria do currículo, corporeidade e educação, prática pedagógica e ludicidade e educação. Em cada um deles podem ser associadas ementas, atividades curriculares e/ou bibliografias ligadas ao estudo de gênero. Dessa forma, consideramos que esse documento curricular oferece possibilidades para o desenvolvimento de habilidades e competências para que o/a futuro/a professor/a possa trabalhar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e as diferenças encontradas em sala de aula e na vida social.

Por meio dos estudos desses componentes, o/a futuro/a pedagogo/a tem a possibilidade, no decorrer do curso, de aprender, no processo teórico-prático, formas de desmistificar e desconstruir preconceitos “aceitos” e postos como “normal” sobre o ser homem e ser mulher. Assim, identificamos que o PPC reflete positivamente na construção de futuros/as pedagogos/as, com saberes científicos, didático-pedagógicos e organizacionais, dentre outros, ao considerar que a transformação ideológica

está ligada diretamente na edificação dos conhecimentos adquiridos para a melhoria da análise crítico reflexiva do exercício da docência.

Diante do exposto, consideramos que, embora o PPC do curso seja do ano 2011 e que apresente defasagem quanto as suas referências, que deixam de fora importantes estudiosos/as que discutem a temática gênero, mesmo assim, ele traz grandes contribuições à temática em debate. Entretanto, compreendemos que todo esse processo de formação depende do currículo obrigatório do curso, mas também de quem os leciona, das teorias do conhecimento que embasam suas práticas pedagógicas, da sua postura diante da realidade social vivida e da maneira como medeia o conhecimento.

IV REFERÊNCIAS

AMARAL. S. M. P. do. **Narrativa Interculturais na sala de aula**: Antropologia e Educação no Marajó - Breves-Pará. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA, Universidade Federal do Pará – UFPA: Belém, 2018.

AUAD, D. **Educar meninas e meninos**: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2017.

BARBOZA, H. H. G. e JUNIOR, V. A. A. **(Des)Igualdade de gênero**: restrições à autonomia da mulher. “Pensar”, Fortaleza, v. 22, n. 1, p. 240-271, jan./abr. 2017. Disponível em <https://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/5409>. Acesso em 23 março, 2021.

BEAUVOIR, S de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/1996. Disponível em www.planalto.gov.br Acesso em março de 2021.

CONNEL, R. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: Versos, 2015

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um encontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FOUCAUL, T. M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

FOUCAUL, T. M. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988

GLOBO. Monitor da violência. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-feminicidios-em-2019.ghtml> Acesso em 28/04/2020

GOMES, N. L. **Diversidade e Currículo**: Indagações sobre Currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf> Acesso em 03 de maio de 2021

70

AMARAL, Sônia Maria Pereira do; PUREZA, Valéria Amaral. Um olhar sobre o currículo do curso de Pedagogia do Campus de Breves e a formação docente para trabalhar as relações de gênero na escola. In: **Revista Falas Breves**, n.10, dezembro, 2021, Breves-PA. ISSN 23581069

IBGE, Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. 2018. N.38. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf

KAUARK, F.; MANHÃES, F. C.; M. C. H. **Metodologia da pesquisa**: guia prático. - Itabuna: Via Litterarum, 2010. Disponível em: <http://www.pgcl.uenf.br/2016/download/LivrodeMetodologiadaPesquisa2010.pdf> Acesso em: 10 mar. 2019

LOURO, G. L. Corpo, **Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

LOURO, G. L. **Currículo, gênero e sexualidade** – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, G.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SANTOS, M. Casos de feminicídio crescem 22% em 12 estados durante pandemia: número de violência contra mulher caíram em apenas 3 estados. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/> Acesso em 03/02/2021.

SAFFIOTI, H. **Gênero Patriarcado Violência**. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Curitiba: IESDE, Brasil S.A, 2009

UFPA – Educação do Marajó. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Campus Universitário do Marajó – Breves. Breves, 2011

VIGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.